

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO – SEAPA

EDITAL DE CONCURSOS PÚBLICOS N.º 01/2013 ANEXO 7

Programas e Bibliografias

(Retificado pelo Edital de Concursos Nº 02-2013, publicado no D.O.E. de 25/10/2013)

1. PROVAS OBJETIVAS COMUNS A TODOS OS CARGOS/ESPECIALIDADES (01 – FEA: Médico Veterinário; 02 – FEA: Engenheiro Agrônomo; 03 – TSAF: Médico Veterinário; 04 – TSAF: Engenheiro Agrônomo; 05 – TSAF: Engenheiro Florestal)

1.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Interpretação de textos. Informações literais e inferências. Pressupostos e subentendidos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Recursos de coesão. Variedades de textos e adequação de linguagem. Ponto de vista do autor. Tipologia textual.
- Vocabulário. Significado contextual de palavras e expressões. Variedades linguísticas. Sinonímia contextual. Homonímia. Polissemia.
- Formação e estruturação de palavras. Valores de prefixos, radicais e sufixos. Famílias etimológicas.
- Classes e categorias gramaticais. Usos e principais valores associados a cada classe.
- Sistema de flexão verbal. Valores dos tempos e dos modos verbais.
- Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase.
- Pontuação e sua relação com a estruturação sintática.
- Subordinação e coordenação. Compreensão da natureza das relações de subordinação e coordenação.
- Transformação e equivalência de estruturas: ordem direta e indireta, discurso direto e indireto, vozes verbais etc. Paralelismo sintático e semântico. Partículas de transição e palavras de referência.
- Ortografia e acentuação, principais dificuldades da língua portuguesa (melhor e mais bem, há a à, grafia dos porquês etc).

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** – com a nova ortografia. São Paulo: Objetiva, 2009.

KÖECH, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti & PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual: atividades de leitura e escrita**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PLATÃO, Francisco S.; FIORIN, José Luiz. **Lições de Texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2005.

1.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – LÍNGUA INGLESA

- Compreensão e interpretação de textos.
- Significado de palavras e expressões idiomáticas.
- Emprego das classes das palavras.
- Aspectos gramaticais necessários para a adequada compreensão de textos, tomando por base os conteúdos das gramáticas da Língua Inglês- nível intermediário, dentre os quais:
 - * Sentence elements, Verbs and Verb Phrases: Regular and Irregular Verbs, Two-word Verbs, Verb Forms, Verb Tenses, Auxiliaries Verbs, Modal Auxiliaries, Conditional Sentences, Voices.
 - * Noun, Pronouns and Basic Noun Phrases: personal, reflexive, possessive, relative, interrogative and demonstrative pronouns, determiners, quantifiers, countable and uncountable nouns, genitive case, etc.
 - * Adjectives and Adverbs (comparative and superlative forms).
 - * Prepositions and prepositional phrases.
 - * Conjunctions and Connectors.
 - * Word formation.

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use**. 4th edition - Cambridge University Press. USA, 2012 (pode ser também a 3rd edition).

Disponível para download em /raymond-murphy-english-grammar-in-use-4th-edition-t73936

SWAN, Michael; WALTER, Catherine. **The Good Grammar Book**. Oxford University Press, USA (2003-10-30).

BAUGH, L.Sue. **Essentials of English grammar**: the quick guide to good English. Edition, 3rd ed. Publisher, New York : mcgraw-Hill, c2005.

1.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – LÍNGUA ESPANHOLA

- Compreensão e Interpretação de textos.
Estrutura – relações entre partes do texto.
Conteúdo – idéia principal e secundária, relações de sentido entre partes do texto.
- Semântica.
Significação de palavras e expressões.
Sinonímia e antonímia.
Denotação e conotação.
Convenções ortográficas: acentuação das palavras, grafia das palavras.
- Morfossintaxe.
Flexão verbal e nominal.
Concordância verbal e nominal.
Emprego de classes gramaticais: pronomes pessoais, pronomes possessivos, numerais.
Emprego de nexos oracionais.

SARMIENTO, Ramón & Aquilino SANCHEZ. **Gramática Básica del Español**. Norma y Uso. Madrid: SGEL, 1989.

MASIP, Vicente, **Gramática Española para Brasileño**. Parábola Editorial.

GONZÁLEZ HERMOSO, A. et alli. **Gramática de español lengua extranjera**. Madrid: Edelsa, 1996.

MATTE BON, Francisco. **Gramática comunicativa del español**. 2 tomos. Madrid: Edelsa, 1998.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de espanhol para brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 1999.

1.4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE INFORMÁTICA

- Internet: conceitos básicos (Web, clientes, servidores, protocolo HTTP, URLs, hipertextos, HTML, sites, homepages); utilização dos recursos do Internet Explorer 9.0; navegação e uso dos serviços da Internet (correio eletrônico, download de arquivos); utilização de mecanismos de busca (Google, Bing, etc).
- Microsoft Windows 7 Profissional, em português: uso do ambiente gráfico (janelas, menus e atalhos); painel de controle (configuração do ambiente Windows); área de trabalho; área de transferência; aplicativos e acessórios; Windows Explorer; Meu Computador; conceitos, criação, manipulação e propriedades de pastas, arquivos e atalhos; backup e compactação de arquivos; uso dos recursos de rede.
- Microsoft Word 2010, em português: edição e formatação de documentos; uso das barras de ferramentas, menus e atalhos; régua; formatação de caracteres, parágrafos, marcadores e numeração, colunas, tabelas, figuras, objetos e estilos; configuração de página e impressão de documentos; cabeçalho e rodapé; modos de exibição dos documentos; quebra de página, de seção e de coluna; numeração de páginas; inserção de notas e legendas; geração de índices; inserção de objetos e desenhos; proteção dos documentos; uso do corretor ortográfico e gramatical; revisão de documentos.
- Microsoft Excel 2010, em português: edição, inserção, exclusão, formatação e manipulação de planilhas eletrônicas; uso das barras de ferramentas, menus e atalhos; conceitos, inserção, exclusão, manipulação e formatação de células, colunas, linhas e gráficos; dividir e mesclar células; elaboração de fórmulas e o uso de funções; inserção de objetos; controle de quebras; numeração de páginas; formatação condicional; congelar painéis; classificação.
- Microsoft Powerpoint 2010, em português: edição, inserção, exclusão, formatação e manipulação de slides e apresentações; uso das barras de ferramentas, menus e atalhos; inserção e manipulação de animações; inserção de objetos.

COX, Joyce; LAMBERT, Joan. **Microsoft Powerpoint 2010 Passo a Passo**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

COX, Joyce; LAMBERT, Joan. **Microsoft Word 2010 Passo a Passo**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

FRYE, Curtis. **Microsoft Excel 2010 Passo a Passo**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MANZANO, André Luiz N.G. **Estudo Dirigido de Microsoft Office: Excel 2010**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.

MANZANO, André Luiz N.G. **Estudo Dirigido de Microsoft Office: Powerpoint 2010**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.

MANZANO, André Luiz N.G. **Estudo Dirigido de Microsoft Office: Word 2010**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.

MANZANO, José Augusto N.G. **Guia Prático de Informática** – Terminologia, Microsoft Windows 7 – Internet e Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office Powerpoint 2010, Microsoft Office Access 2010. 1. ed. São Paulo: Érica, 2011.

MICROSOFT. **Descubra o Windows 7. Disponível em** < <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows7/help/getting-started#T1=tab01>>. **Acesso em:** 11 out.2013.

MICROSOFT. **Introdução ao Internet Explorer 9. Disponível em** < <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows7/getting-started-with-internet-explorer-9>>. **Acesso em:** 11 out.2013.

PREPPERNAU, Joan. COX; Joyce. **Windows 7 Passo a Passo**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

TELLES, Reynaldo. **Descomplicando o Windows 7 e o Microsoft Office 2007 e 2010 para Concursos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

1.5. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

- Temática de gênero, raça e etnia, conforme Decreto nº 48.598, de 19 de novembro de 2011.
- Atualidades: política, econômica e social do mundo.
- História do Brasil.
- Geografia econômica do Brasil.
- Aspectos físicos: relevo, clima, vegetação, hidrografia do RS.
- Recursos minerais e energéticos. A produção de energia gaúcha.
- Aspectos de população e econômicos do RS

BRASIL. Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13.694, de 19 de janeiro de 2011. Estatuto Estadual da Igualdade Racial.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 28. ed. rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes; Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2011.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. 5ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VERDUM, Roberto, BASSO Alberto e SUERTEGARAY, Dirce. (orgs) **Rio Grande do Sul- Paisagens e Territórios em Transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VIEIRA, Eurípedes Falcão. **Geografia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do século XX**. 3ª ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

www.scp.rs.gov.br/atlas - Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul–Acesso em: 13.10.2013.

2. PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO/ESPECIALIDADE

2.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO/ESPECIALIDADE – 01 – FEA: Médico Veterinário

Conteúdos relativos a atividades de defesa sanitária animal, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul objetivando a prevenção, combate, controle e erradicação de doenças de notificação obrigatória e de peculiar interesse ao Estado. Conteúdos relativos a atividades fiscalização e inspeção de produtos de origem animal para a promoção da saúde pública.

Aspectos Gerais de Biossegurança, Epidemiologia e Análise de Risco.

Enfermidades de notificação obrigatória, estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); Procedimentos de coleta e envio de amostras para laboratórios, visando o diagnóstico de doenças de notificação obrigatória; Atuação em focos de doenças exóticas e emergenciais; Análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal; Conhecimentos sobre organismos e fóruns internacionais (Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, Organização Mundial do Comércio - OMC, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, Organização Panamericana de Saúde - OMS/OPS, Comissão do Codex Alimentarius -FAO/OMS); Fraude em alimentos; Estrutura da Carne; Conservação do Músculo em Carne; Características Organolépticas da Carne; Microbiologia da Carne; Toxinfecções e Intoxicações Alimentares; Zoonoses; Métodos de conservação de alimentos: calor, frio, modificação do pH, modificação da atividade de água (aw), uso de aditivos químicos; Processamento Tecnológico de produtos de salsicharia (embutidos); Doenças de origem alimentar; Zoonoses; Métodos de detecção, ferramentas de gerenciamento de segurança alimentar; Parâmetros intrínsecos e Extrínsecos dos alimentos que afetam o crescimento microbiano; Indicadores de segurança e qualidade dos alimentos; Critérios microbiológicos; Ferramentas de qualidade: APPCC e BPF; Inspeção Industrial e Sanitária de Leite e Derivados:

Classificação de estabelecimentos, produção, identidade e qualidade do leite, transporte a granel; Inspeção Industrial e Sanitária de Ovos e Derivados: Classificação de estabelecimentos, normas gerais de inspeção de ovos e derivados; Inspeção Industrial e Sanitária de Mel, Cera de Abelhas e Derivados: Classificação de estabelecimentos, identidade e qualidade do mel, normas higiênico-sanitárias e tecnológicas para mel, cera de abelhas e derivados; Inspeção Industrial e Sanitária de Carnes, Derivados e Subprodutos; Adesão de Estados e municípios ao SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal); Adesão dos municípios ao SUSAF/RS (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte-SUSAF-RS).

Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de Origem Animal.

Abate Humanitário e Bem Estar Animal.

Resíduos e Contaminantes: Microbiologia de Alimentos, Métodos Analíticos e Parâmetros de Qualidade Microbiológica (Planos de Amostragem). Toxinfecções e Intoxicações Alimentares.

Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Padrões de Identidade e Qualidade de Produtos.

Legislação de Defesa Sanitária Animal Estadual

Decreto Estadual 50.072, de 19 de fevereiro de 2013 - Regulamenta Lei 13.467, adotando medidas de defesa sanitária animal.

Lei Estadual 13.467, de 15 de junho de 2010 - Política estadual de prevenção da saúde animal.

Lei 10.519, de 17 de julho de 2002 - Dispõe sobre a promoção e fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências.

Portaria nº 108, de 17 de março de 1993 - Aprova as normas a serem observadas para a realização de exposições e feiras agropecuárias leilões de animais e para a formação de Colégio de Jurados das Associações encarregadas da execução dos Serviços de Registro Genealógico.

Portaria Nº 162, de 18 de outubro de 1994 - Aprova as normas complementares para fiscalização e controle zoossanitário das exposições, feiras, leilões e outras aglomerações de animais em todo o território nacional.

Decreto Estadual 38.930, de 30 de setembro de 1998 - Regulamenta a LEI Nº 11.099, de 22 de janeiro de 1998, que instituiu o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei Estadual 11.099, de 22 de janeiro de 1998 - Institui o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Lei Estadual 11.239, de 27 de novembro de 1998 - Altera a Lei Estadual 11.099 de 22/01/1998.

Lei Estadual 11.528, de 19 de setembro de 2000 - Altera a Lei Estadual 11.099 de 22/01/1998.

Lei Estadual 11.563, de 28 de dezembro de 2000 - Altera a Lei Estadual 11.099 de 22/01/1998.

Lei Estadual 13.745, de 30 de junho de 2011 - Altera a Lei Estadual 11.099 de 22/01/1998.

Lei Estadual 13.842, de 5 de dezembro de 2011 - Altera a Lei Estadual 11.099 de 22/01/1998.

Lei Estadual 12.731, de 26 de junho de 2007 - Institui no Estado do Rio Grande do Sul o Programa Estadual de Sanidade Avícola - PESA, vinculado ao sistema de controle sanitário para acompanhamento da produção, comércio, transferência e trânsito de aves, ovos férteis, subprodutos ou resíduos avícolas em conformidade com o Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA.

Resolução CECAIE 001, de 15 de julho de 1997 - Aprova normas para controle e profilaxia da AIE no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto Estadual Nº 48.677, de 12 de dezembro de 2011 - Institui o Programa Estadual de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose Bovídea – PROCETUBE.

DECRETO Nº 34.869, de 31 de agosto de 1993 - Altera o Regulamento para a Erradicação da Sarna Ovina no Estado.

DECRETO Nº 34.870, de 31 de agosto de 1993 - Altera disposições do Regulamento de Combate aos piolhos dos ovinos.

DECRETO Nº 20.704, de 23 de novembro de 1970 - Aprova o Regulamento para o Combate à Hidatidose Animal no Estado do Rio Grande do Sul.

LEI Nº 1668, de 19 de dezembro de 1951 - Aprova o Regulamento de Controle da Entrada e Trânsito de Gados no Município de Santa Vitória do Palmar.

PORTARIA N.º 2 4 1, de 15 de outubro de 2007 - Aprova o Regulamento de Controle da Entrada e Trânsito de Gados no Município de Chuí.

Portaria Estadual nº 265, de 13 de setembro de 2006 - Descreve pontos de ingresso no RS aves, seus produtos, subprodutos e resíduos. Adesão do RS ao PNSA.

Portaria Estadual nº 47, de 28 de março de 2011 - Descreve pontos de ingresso no RS para animais suscetíveis a FA, seus produtos, subprodutos e resíduos.

Legislação de Defesa Sanitária Animal Federal

Decreto 24.548, de 3 de julho de 1934 - Aprova o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

Decreto 27.932, de 28 de março de 1950 - Regulamento para aplicação das medidas de defesa sanitária animal.

Decreto 5.741, de 30 de março de 2006 - Regulamenta e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

Instrução Normativa Federal 44, de 2 de outubro de 2007 - Diretrizes para controle e erradicação da Febre Aftosa.

Lei Federal 569, de 21 de dezembro de 1948 - Estabelece medidas de defesa sanitária animal.

Lei Federal 9.712, de 20 de novembro de 1998 - Altera a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.

Instrução Normativa MAPA Nº 02, de 10 de janeiro de 2001 - Institui o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal – PNCEBT.

Instrução Normativa SDA Nº 06, de 8 de janeiro de 2004 - Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal.

Instrução Normativa SDA Nº 30, de 7 de junho de 2006 - Estabelece normas para habilitação de Médicos Veterinários para execução de atividades do PNCEBT.

Instrução Normativa SDA Nº 33, de 24 de agosto de 2007 - Estabelece as condições para a vacinação de bovinos contra brucelose utilizando vacina não indutora de anticorpos aglutinantes, amostra RB51.

Instrução Normativa 44, de 2 de outubro de 2007 - Aprova as diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa.

Instrução Normativa nº 10, de 11 de abril de 2013 - Definir o programa de gestão de risco diferenciado, baseado em vigilância epidemiológica e adoção de vacinas, para os estabelecimentos avícolas considerados de maior susceptibilidade à introdução e disseminação de agentes patogênicos no plantel avícola nacional e para estabelecimentos avícolas que exerçam atividades que necessitam de maior rigor sanitário.

Instrução Normativa nº 17, de 7 de abril de 2006 - Aprova, no Âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle.

Instrução Normativa nº 32, de 13 de maio de 2002 - Aprova as Normas Técnicas de Vigilância para Doença de Newcastle e Influenza Aviária, e de Controle e Erradicação para Doença de Newcastle;

Instrução Normativa nº 36, de 6 de dezembro de 2012 - Altera a Instrução Normativa MAPA nº 56, de 4 de dezembro de 2007.

Instrução Normativa nº 44, de 23 de agosto de 2001 - Aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas para a Micoplasmose Aviária (*Mycoplasma gallisepticum*, *synoviae* e *melleagridis*), em conformidade ao ANEXO desta Instrução Normativa.

Instrução Normativa nº 56, de 4 de dezembro de 2007 - Estabelece os Procedimentos para Registro, Fiscalização e Controle de Estabelecimentos Avícolas de reprodução e Comerciais.

Instrução Normativa nº 59, de 4 de dezembro de 2009 - Altera a Instrução Normativa MAPA nº 56, de 4 de dezembro de 2007.

Instrução Normativa nº 78, de 3 de novembro de 2003 - Aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como Livres de *Salmonella Gallinarum* e de *Salmonella Pullorum* e Livres ou Controlados para *Salmonella Enteritidis* e para *Salmonella Typhimurium*.

Instrução de Serviço 17, de 18 de novembro de 2001 - Determina adoção de medidas sanitárias em razão da Influenza (gripe) Equina.

Instrução Normativa 24, de 5 de abril de 2004 - Aprova as normas para controle e erradicação do mormo.

Instrução Normativa 45, de 15 de junho de 2004 - Aprova as normas para controle e prevenção da Anemia Infeciosa Equina.

Instrução Normativa 06, de 9 de março de 2004 - Aprova as normas para a erradicação da PSC.

Instrução Normativa 27, de 20 de abril de 2004 - Aprova o Plano de contingência para PSC.

Instrução Normativa Nº08, de 3 de abril de 2007 - Aprova as normas para controle e erradicação da Doença de Aujeszky em suídeos domésticos, a serem observadas em todo o território nacional.

Instrução Normativa Nº19, de 15 de fevereiro de 2002 - Aprova as normas a serem cumpridas para a certificação de granjas de reprodutores suínos.

Instrução Normativa Nº 26/2013 - Altera a Zona Livre de PSC no Brasil.

Instrução Normativa Nº47, de 18 de junho de 2004 - Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de sanidade Suína.

Instrução Normativa 14, de 14 de maio de 2009 - Altera IN 17 de 13/07/2006.

Instrução Normativa 17, de 13 de julho de 2006 - Estabelecer a Norma Operacional do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV).

Instrução Normativa 24, de 30 de abril de 2008 - Altera IN 17 de 13/07/2006.

Instrução Normativa 48, de 4 de novembro de 2009 - Altera IN 17 de 13/07/2006.

Instrução Normativa 51, de 5 de novembro de 2007 - Altera IN 17 de 13/07/2006.

Instrução Normativa 65, de 16 de dezembro de 2009 - Altera a denominação do SERVIÇO DE RASTREABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE BOVINOS E BUBALINOS - SISBOV, que passa a chamar-se SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS – SISBOV. Instrução Normativa nº 18, de 18 de julho de 2006 - INSTITUI O NOVO MODELO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.

Raiva dos Herbívoros (PNCRH) - IN nº 05 de 1º de março de 2002; IN 44/2013 - Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNEEB); SCRAPIE - IN nº 15 de 02 de abril de 2008; Encefalopatia Espongiforme Bovina - IN nº 49 de 15 de setembro de 2008; - IN nº 08 de 25 de março de 2004; IN nº 18 de 15 de dezembro de 2003; IN nº 41 de 08 de outubro de 2009.

Legislação de Defesa Sanitária Animal Internacional

Terrestrial Animal Health Code, 2013 - Código Terrestre da OIE, volume I e II. Descrição das doenças de notificação compulsória e testes diagnósticos.

Legislação de Inspeção Sanitária Animal

RIISPOA: Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto Nº 30.691, de 29.03.1952, que regulamentou a Lei Nº 1.283, de 18.12.1950, alterado pelo Decreto Nº 1.255, de 25.06.1962, alterado pelo Decreto Nº 1.236, de 02.09.1994, alterado pelo Decreto Nº 1.812, de 08.02.1996, alterado pelo Decreto Nº 2.244, de 04.06.1997, regulamentado pela Lei Nº 7.889, de 23.11.1989; Portaria MAPA Nº 711, de 01 de novembro de 1995; Portaria MAPA Nº 210, de 10 de novembro de 1998.

Decreto nº 39.688, de 30 de agosto de 1999 - Regulamenta a Lei nº 10.691, de 09 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no Estado do Rio Grande do Sul.

Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011 - Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado, e Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel.

Instrução Normativa Nº 4, 31 de março de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Carne Mecanicamente Separada, Mortadela, Lingüiça e de Salsicha; Instrução Normativa Nº 20, de 31 de julho de 2000 (MAPA)– Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Almôndega, Apresuntado, Fiambre, Hambúrguer, Kibe, Presunto Cozido e de Presunto; Instrução Normativa Nº 21, de 31 de julho de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Patê, Bacon ou Barriga Defumada e de Lombo Suíno; Instrução Normativa Nº 22, de 31 de julho de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Copa, Jerked Beef, de Presunto Tipo Parma, de Presunto Cru, de Salame, de Salaminho, de Salame Tipo Alemão, de Salame Tipo Calabrês, de Salame Tipo Friolano, de Tipo Napolitano, de Salame Tipo Hamburguês, de Salame Tipo Italiano, de Salame Tipo Milano, de Lingüiça Colonial e de Pepperoni; Instrução Normativa Nº 6, de 15 de fevereiro de 2001 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Paleta Cozida, Produtos Cárneos Salgados, Empanados, Presunto Tipo Serrano e Prato Elaborado Pronto ou Semi-Pronto Contendo Produtos de Origem Animal; Portaria Nº 352, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Queijo Minas Frescal; Portaria Nº 353, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Parmesão, Parmesano, Reggiano, Reggiano e Sbrinz; Portaria Nº 354, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Doce de Leite; Portaria Nº 355, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo em pó; Portaria Nº 356, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Processado ou Fundido, Processado Pasteurizado e Processado ou Fundido U.H.T (UAT); Portaria Nº 357, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Ralado; Portaria Nº 358, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Prato; Portaria Nº 359, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Requeijão ou Requesõn; Portaria Nº 360, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Danbo; Portaria Nº 361, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Tilsit; Portaria Nº 362, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Tybo; Portaria Nº 363, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Pategrás Sandwich; Portaria Nº 364, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Mozzarella (Muzzarella ou Mussarella); Portaria Nº 365, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e

Qualidade de Queijo Tandil; Portaria Nº 366, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Massa para elaborar queijo Mozzarella (Muzzarella ou Mussarela); Portaria Nº 369, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite em Pó; Portaria Nº 370, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite U.H.T (U.A.T); Portaria Nº 372, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Margarina; Instrução Normativa Nº 37, de 31 de outubro de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite de Cabra; Instrução Normativa Nº 16, de 23 de agosto de 2005 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Bebida Láctea; Instrução Normativa Nº 46, de 23 de outubro de 2007 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leites Fermentados; Instrução Normativa Nº 22, de 24 de novembro de 2005 (MAPA) – Regulamento Técnico para rotulagem de produtos de Origem Animal Embalado; Instrução Normativa Nº 51, de 29 de dezembro de 2005 (MAPA) – Regulamento Técnico de atribuição de aditivos, e seus limites para Carnes e Produtos Cárneos; Portaria Nº 146, de 07 de março de 1996 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Manteiga; Instrução Normativa Nº 23, de 30 de agosto de 2012 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Nata; Instrução Normativa Nº 53, de 29 de dezembro de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Petit Suisse; Instrução Normativa Nº 03, de 19 de janeiro de 2001 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Geléia Real; Instrução Normativa Nº 30, de 26 de junho de 2001 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo de Coalho; Lei 13.825 de 4/11/2011, dispõe sobre o SUSAF e dá outras providências; Decreto 5741 de 30/03/2006 que aprova o regulamento dos artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei Nº 8171 de 17/01/1991; Decreto 49.340 de 05/07/2012 que regulamenta a Lei 13.825 de 4/11/2011; Decreto 7.216 de 17/06/2010 que dá nova redação e acresce dispositivos ao Regulamento dos artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei Nº 8171 de 17/01/1991; Lei 9.712 de 20/11/1998 que altera a Lei 8.171, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária; Lei 8.171 de 17/01/1991 – Dispõem sobre a política agrícola; IN Nº 36 de 20/07/2011 – Requisito para adesão ao SISBI-POA por parte de estados e municípios; IN Nº 02 de 12/02/2009 – Rotulagem SISBI-POA; IN Nº 02 de 20/02/2013 que aprova os requisitos para a adesão dos municípios ao SUSAF/RS; IN Nº 06 de 25/09/2013 que aprova os requisitos para adesão de consórcio público ao SUSAF-RS; IN Nº 34 de 28/05/2008 - Aprovar o Regulamento Técnico da Inspeção Higiênico Sanitária e Tecnológica do Processamento de Resíduos de Animais e o Modelo de Documento de Transporte de Resíduos Animais, constantes dos Anexos I e II, respectivamente; Resolução nº 90, de 18 de maio de 2011 – SEAPPA; IN Nº 09 de 08/03/2010 – Regulamenta o registro de estabelecimentos produtores de farinha e produtos gordurosos; PORTARIA Nº 210 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998 - 1º Aprovar o Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves; PORTARIA Nº 711, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995 - Aprovar as NORMAS TÉCNICAS DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO DE SUÍNOS; PORTARIA Nº 2914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011 – MINISTÉRIO DA SAÚDE; PORTARIA Nº 211, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2009 – SEAPPA; IN 50/2013 MAPA.

ACHA, P.N.; SZYFRES, B. **Zoonosis y enfermedades Transmissibles. Comunes al Hombre y a los animales.** 3. ed. Washinton, D.C. OPAS. 2003. (Publicación Científica y Técnica No. 580).

BLOOD D. C., RADOSTITS O. M. **Clínica Veterinária.** 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1991.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Manual de Legislação: programas nacionais de saúde animal do Brasil / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal. Brasília MAPA/SDA/DSA, 2009. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Manual%20de%20Legisla%20-%20Saúde%20Animal%20-%20low.pdf. Acessado em 16/10/2013.

CALNEK, B.W. et al. Diseases of Poultry. 10. ed. The Yowa State University Press. 1997.

FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança alimentar.** Trad. Maria carolina Minardi Guimarães e Cristina Leonhardt. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FORTES, E. **Parasitologia Veterinária.** São Paulo: Ícone editora, 2002

GEORGI.J.R. **Parasitologia veterinária.** São Paulo: Manole, 2001.

HIRSH, D. C., ZEE, Y. C. **Microbiologia Veterinária.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

JAY, J. M. **Microbiologia de Alimentos.** Porto Alegre: Artmed, 2005

JONES, T. C; HUNT, R. D.; KING, N. W. **Patologia Veterinária.** 6. ed. São Paulo: Manole, 2000.

MANUAL MERCK DE VETERINÁRIA. 6. ed. São Paulo: Roca.1991 mais recente? Web? Tem 9ª. Ed...

PARDI, M. C., SANTOS, I. F., SOPUZA, E.R., et all. **Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne.** Goiânia: CEGRAF-UFG / NITERÓI-EDUF, 1993.

RIET-CORREA et al. **Doenças de ruminantes e equinos.** São Paulo: Livraria Varela, 2001. v. 1 e 2.

RIISPOA: Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal. Disponível em:

http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf. Acessado em 16/10/2013.

SMITH, B. P. **Tratado de medicina veterinária interna de grandes animais: moléstia de eqüinos, bovinos, ovinos e caprinos**. Manole, 1. ed. São Paulo: Editora Manole, 1993.

SOBESTIANSKY, J.; BARCELOS, D. **Doença dos Suínos** 2. ed. Goiânia: Canone Editorial, 2012.

SOULSBY, J. L. **Helminths, Arthropods and Protozoa of Domesticated Animals**. 7. ed. London: Lea & Febiger. 1983

THOMSON, W. **Patologia veterinária especial**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TERRESTRIAL ANIMAL HEALTH CODE, 2013 - Código Terrestre da OIE, volume I e II. 2013 Disponível em <http://www.oie.int/?id=169>. Acessado em : 16/10/2013.

WILSON, W. **Inspeção prática da carne**. 7. ed. São Paulo: Roca, 2010

BEHMER, M.L. Tecnologia do leite. São Paulo: Nobel, 1999.

BRASIL - Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica.

Prata, Luiz Francisco – Fundamentos de higiene e inspeção de carnes; Jaboticabal; FUNEP

R.A. Lawrie – Ciência da carne – Porto Alegre; ARTMED

Pardi, Miguel Clone – Ciência, higiene e tecnologia da carne; Niterói; EDUFF

Ordoñez, Juan A. – Tecnologia de Alimentos – Porto Alegre; ARTMED

Olivo, Rubison – O mundo do frango – Criciúma; Ed. Do Autor

Wilson, William M – Inspeção prática da carne – São Paulo; ROCA

Gava, Altanir Jaime – Tecnologia de alimentos – Princípios e aplicações – São Paulo; NOBEL.

Microbiologia da Segurança Alimentar. Stephen J. Forsythe, Artmed, 2002

Zoonosis y Enfermedades Transmisibles Comunes ao Hombre y a los Animales. Pedro N. Acha, Boris Szyfres, OPAS, 1986

Microbiologia de Alimentos. James M. Jay, Artmed, 2005

Portaria 368 de 04/09/1997 MAPA – regulamento Técnico sobre as condições Higiênico Sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos

RDC 12 de 02/01/2001 ANVISA – Regulamento Técnico sobre os Padrões Microbiológicos para Alimentos

BRASIL. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 07 de julho de 1952.

BRASIL. Instrução Normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002. Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 20 de setembro de 2002.

BRASIL. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 30 de dezembro de 2011.

BRASIL. Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000. Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade do Mel, Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 20 de outubro de 2000.

BRASIL. Portaria nº 6, de 25 de julho de 1985. Normas Higiênico-Sanitárias e Tecnológicas para Mel, Cera de Abelhas e Derivados, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. Portaria nº 1, de 21 de fevereiro de 1990. Normas Gerais de Inspeção de Ovos e Derivados, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 06 de março de 1990. 06 de março de 1990.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 39.688, de 30 de agosto de 1999. Regulamenta a Lei nº 10.691, de 09 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial [do Estado do Rio Grande do Sul], Rio Grande do Sul, 31 de agosto de 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria nº 89, de 16 de maio de 2013. Regulamenta a coleta de leite cru refrigerado e seu transporte a granel nas empresas de laticínios com registro estadual, em conformidade com a Instrução Normativa nº 62 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 29 de dezembro de 2011. Diário Oficial [do Estado do Rio Grande do Sul], Rio Grande do Sul, 23 de maio de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria nº 90/2013, de 16 de maio de 2013. Determina a adoção no âmbito Estadual da IN 62 do MAPA de 29 de dezembro de 2011. Diário Oficial [do Estado do Rio Grande do Sul], Rio Grande do Sul, 22 de maio de 2013.

2.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO/ESPECIALIDADE – 02 – FEA: Engenheiro Agrônomo

Conhecimentos na área de defesa sanitária vegetal

- Fitossanidade: Entomologia Agrícola Aplicada: Importância e características gerais dos insetos; Fitopatologia: Sintomatologia e diagnose de doenças. Epidemiologia aplicada ao manejo de pragas de plantas: Natureza das epidemias, influência do clima no desenvolvimento das doenças de plantas, quantificação de doenças e do crescimento do hospedeiro, análise temporal e espacial de epidemias, sistema de previsão e estações de aviso, quantificação de danos e perdas, interações entre doenças de plantas, sobrevivência de fitopatógenos, tomada de decisão no manejo de doenças de plantas, análise de riscos em proteção de plantas, manejo integrado – medidas e controle.

- Defesa Fitossanitária: Legislação Fitossanitária. Normas Internacionais para medidas fitossanitárias – Princípios de proteção dos vegetais; Terminologias; Normas para estabelecimento de áreas livres de pragas e doenças; determinação do status de uma praga em uma área; Análise de Riscos de pragas e Sistema de Mitigação de Risco. Órgãos das Relações Internacionais: Organização Mundial do Comércio. Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais – CIPV. Comitê Sul-Americano de Sanidade dos Vegetais – COSAVE

- Sistema de Certificação e Rastreabilidade Vegetal: Sistema de produção Integrada em frutas e culturas anuais. Instruções Normativas de apoio aos processos de certificação e rastreabilidade na emissão de Certificado Fitossanitário de Origem (CFO), Certificado de Origem Consolidado (CFOC), Permissão de Trânsito Vegetal (PTV). Exigências específicas de certificação para mercado interno e externo. Emissão e permissão para trânsito interestadual e internacional. Exigências específicas de certificação fitossanitária de produtos vegetais e materiais de propagação vegetal.

Conhecimentos na área de fiscalização de insumos agrícolas (sementes, mudas e agrotóxicos e afins)

- Legislação de sementes e mudas e agrotóxicos, seus componentes e afins. Toxicologia e classificação dos agrotóxicos. Receituário agrônomo. Tecnologia e segurança na aplicação de agrotóxicos. Resíduos de agrotóxicos nos alimentos. Descarte de embalagens vazias de agrotóxicos.

Conhecimentos na área de enologia

- Noções básicas sobre viticultura e enologia. Legislação sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho.

Norma Internacional para Medidas Fitossanitárias – NIMF nº 01. Princípios Fitossanitários para a Proteção dos vegetais e a Aplicação de Medidas Fitossanitárias no Comércio Internacional.

Norma Internacional para Medidas Fitossanitárias – NIMF nº 04 Requisitos para o estabelecimento de áreas livres de pragas.

Norma Internacional para Medidas Fitossanitárias – NIMF nº 05. Glossário de termos fitossanitários.

Norma Internacional para Medidas Fitossanitárias – NIMF nº 08. Determinação do status de uma praga em uma área.

Norma Internacional para Medidas Fitossanitárias – NIMF nº 11. Análise de Risco de Pragas para Pragas Quarentenárias, incluindo Análise de Riscos Ambientais e de Organismos Vivos Modificados.

Norma Internacional para Medidas Fitossanitárias – NIMF nº 16. Pragas Não Quarentenárias Regulamentadas – Conceito e Aplicação.

Decreto Federal nº 24.114, de 12 de abril de 1934. Dispõe sobre o regulamento de Defesa Sanitária Vegetal.

Lei Federal nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Esta Lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006. Regulamenta os artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei Federal nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

Portaria Interministerial nº 290, de 15 de abril de 1996. Determina aos órgãos da Administração Direta e Indireta dos Ministérios, bem como às entidades conveniadas, que a detecção ou caracterização de qualquer praga até então considerada inexistente no território nacional, deve imediatamente ser notificada a sua ocorrência à Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e da Reforma Agrária, antes de qualquer divulgação.

Portaria MAPA nº 139, de 31 de agosto de 1978. Proíbe a venda ambulante de mudas cítricas em todo o território nacional.

Portaria MAPA nº 291, de 23 de julho de 1997. Aprova as normas sobre exigências, critérios e procedimentos, a serem adotados pela Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico — CANECC, em áreas contaminadas pela doença e naquelas que venham a ser afetadas.

Portaria MAPA nº 125, de 03 de agosto de 1998. Regulamenta o trânsito de madeira bruta, serrada e beneficiada de *Pinus* sp.

Instrução Normativa MAPA nº 16, de 18 de março de 2003. Proíbe a saída de material propagativo de citros (mudas, borbulhas, porta-enxertos), formado ou produzido em viveiros telados e a céu aberto nos Municípios de Comendador Gomes, Frutal, Uberlândia, Monte Alegre de Minas, Prata, Campo Florido e Planura do Estado de Minas Gerais, e em Altair, Barretos, Colômbia, Guarací, Olímpia e Nova Granada, do Estado de São Paulo, e outros onde for constatada a ocorrência da Morte Súbita dos Citros, exceção feita ao material produzido em ambiente protegido com tela antiafídeos de malha de, no máximo, 0,64mm por 0,20mm.

Instrução Normativa SDA/MAPA nº 17, de 31 de maio de 2005. Aprova os procedimentos para a caracterização, implantação e manutenção de área livre da Sigatoka Negra e os procedimentos para implantação e manutenção do sistema de mitigação de risco para Sigatoka Negra - *Mycosphaerella fijiensis*.

Instrução Normativa MAPA nº 09, de 20 de abril de 2006. Define as cultivares e seus respectivos graus de suscetibilidade à bactéria denominada cientificamente de *Xanthomonas campestris* pv. *viticola*, bem como adota as exigências fitossanitárias para suas mudas e as medidas de prevenção, controle e erradicação da referida praga.

Instrução Normativa SDA/MAPA nº 16, de 05 de março de 2006. Estabelece, para fins de Certificação Fitossanitária com Declaração Adicional, a condição para Sistema de Mitigação de Risco, como opção reconhecida de manejo de risco para a praga *Anastrepha grandis* Macquart, em cultivos de *Cucumis melo* L. (melão), *Citrullus lanatus* Thunb. (melancia), *Cucurbita* spp. (abóbora) e *Cucumis sativus* L. (pepino).

Instrução Normativa MAPA nº 48, de 23 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Erradicação da *Cydia pomonella* - PNECP no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Instrução Normativa MAPA nº 52, de 20 de novembro de 2007. Estabelece a lista de pragas quarentenárias ausentes (A1) e de pragas quarentenárias presentes (A2) para o Brasil e aprova os procedimentos para as suas atualizações.

Instrução Normativa MAPA nº 54, de 04 de dezembro de 2007. Aprova a Norma Técnica para a utilização da Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV.

Instrução Normativa MAPA nº 55, de 04 de dezembro de 2007. Aprova a Norma Técnica para a utilização do Certificado Fitossanitário de Origem - CFO e do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC.

Instrução Normativa MAPA nº 03, de 08 de janeiro de 2008. Aprova os critérios e procedimentos para aplicação das medidas integradas em um enfoque de Sistemas para o Manejo de Risco - SMR da praga Mancha Preta ou Pinta Preta dos Citros (MPC) *Guignardia citricarpa* Kiely (*Phyllosticta citricarpa*) em espécies do gênero *Citrus* destinadas à exportação e quando houver exigência do país importador.

Instrução Normativa MAPA nº 23, de 29 de abril de 2008. Restringe o trânsito de plantas e suas partes, exceto sementes e material *in vitro*, das espécies hospedeiras da mosca negra dos citros (*Aleurocanthus woglumi*) constantes da lista oficial de Pragas Quarentenárias Presentes no Brasil, quando oriundas de Unidades da Federação (UF) onde seja constatada, por laudo laboratorial, a presença da praga.

Instrução Normativa MAPA nº 41, de 1º de julho de 2008. Altera os Anexos I e II da Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007.

Instrução Normativa MAPA nº 53, de 16 de outubro de 2008. Aprova os critérios e procedimentos para a realização, por parte dos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSVs) das Instâncias Intermediárias integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, dos levantamentos de ocorrência da praga denominada Huanglongbing (HLB) - Greening, que tem como agente etiológico a bactéria *Candidatus Liberibacter* sp, em plantas hospedeiras constantes da lista oficial de pragas quarentenárias presentes, visando à delimitação da extensão das áreas afetadas e à adoção de medidas de prevenção e erradicação.

Instrução Normativa MAPA nº 01, de 05 de janeiro de 2009. Altera o art. 1º, da Instrução Normativa nº 03, de 08 de janeiro de 2008.

Instrução Normativa SDA/MAPA nº 04, de 27 de março de 2012. Altera o caput do art. 2º e acrescenta os incisos I a VI, e no art. 11 acrescenta os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, ambos, da Instrução Normativa nº 17, de 31 de maio de 2005.

Instrução Normativa MAPA nº 08, de 17 de abril de 2012. Proíbe o trânsito de vegetais e suas partes das espécies *Citrus* spp, *Cocos nucifera*, *Acacia* sp, *Azadirachta indica*, *Melia azedarach* e *Sorghum bicolor*,

hospedeiras do Ácaro Hindu dos Citros (*Schizotetranychus hindustanicus*), quando oriundas de Unidades da Federação (UF) onde seja constatada, por laudo laboratorial oficial, a presença da praga.

Instrução Normativa MAPA nº 32, de 20 de novembro de 2012. Estabelece as Normas para a Produção e a Comercialização de Material de Propagação de Batata (*Solanum tuberosum* L.) e os seus padrões, com validade em todo o território nacional, visando à garantia de sua identidade e qualidade.

Instrução Normativa MAPA nº 06, de 07 de fevereiro de 2013. Altera o caput do art. 1º, inserindo o parágrafo único, da Instrução Normativa MAPA nº 08, de 17 de abril de 2012.

Instrução Normativa MAPA nº 20, de 20 de junho de 2013. Institui o Programa Nacional de Prevenção e Controle do Cancro Europeu das Pomáceas (*Neonectria galligena*) - PNCEP com a finalidade de estabelecer os critérios e procedimentos para a contenção da praga, e Grupo com o objetivo de propor, acompanhar e avaliar as ações para a implementação e o desenvolvimento do PNCEP no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA.

Lei Estadual nº 9.482, de 24 de dezembro de 1991. Torna obrigatório o controle do “serrador” da acácia negra.

Decreto Estadual nº 48.304, de 29 de agosto de 2011. Dispõe sobre o regulamento do controle obrigatório do “serrador” da acácia-negra, de que trata a Lei Estadual nº 9.482, de 24 de dezembro de 1991.

Portaria SEAPA nº 133, de 10 de agosto de 2011. Proíbe a entrada no Estado do Rio Grande do Sul de plantas, parte de plantas e mudas de murta (*Murraya paniculata*) produzidos nos Estados com a ocorrência de *Candidatus liberibacter* spp. (Huanglongbing).

Portaria SEAPA nº 154, de 26 de setembro de 2011. Institui normas e medidas fitossanitárias do controle do cascudo-serrador da acácia negra.

Lei Federal nº 10.711, de 05 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências.

Decreto Federal nº 5.153, de 23 de julho de 2004. Aprova o Regulamento da Lei Federal nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM, e dá outras providências.

Instrução Normativa MAPA nº 24, de 16 de dezembro de 2005. Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de mudas.

Instrução Normativa MAPA nº 09, de 02 de junho de 2005. Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de sementes.

Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.974, de 06 de junho de 2000. Altera a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 5.549, de 22 de setembro de 2005. Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto Federal nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Decreto Federal nº 5.981, de 06 de dezembro de 2006. Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto Federal nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Lei Federal nº 7.678, de 08 de novembro de 1988. Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.970, de 12 de novembro de 2004. Altera dispositivos da Lei Federal nº 7.678, de 08 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 99.066, de 08 de março de 1990. Regulamenta a Lei Federal nº 7.678, de 08 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva.

Lei Nº 7.678, de 8 de novembro de 1988. Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Lei Nº 10.970, de 12 de novembro de 2004. Altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Decreto 99.066 de 08 de março de 1990. Regulamenta a Lei n.º 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva.

Decreto Nº 113, de 6 de maio de 1991. Altera o Decreto nº 99.066, de 8 de março de 1990, que regulamenta a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro *et al.* **Gestão ambiental**; planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000.

ALTIERI, Miguel, **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

AMORIM, L.; KIMATI, H., BERGAMIN FILHO, A. eds. **Manual de Fitopatologia**. Volume 1 - princípios e Conceitos. 3. ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda. 1995.

ANTUNIASSI, U.R.; BOLLER, W. **Tecnologia de aplicação para cultura anuais**. Passo Fundo: Aldeia Norte; Botucatu: FEPAF, 2011. 279p.

BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. **Manual de Fitopatologia**. Volume 2: Doenças das Plantas Cultivadas. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1997.

FACHINELLO, J.C. **Fruticultura**: fundamentos e práticas. Pelotas: Ed. UFPEL, 1996.

FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2000.

GALLO, D. et al. **Manual de Entomologia Agrícola**. Piracicaba: Editora FEALQ. 2002.

GIOVANNINI, E.; MANFROI, V. **Viticultura e Enologia**: Elaboração de Grandes Vinhos nos Terroirs Brasileiros. Bento Gonçalves: IFRS. 344p. 2009.

EMBRAPA. Informações técnicas sobre viticultura disponíveis no site da Embrapa Uva e Vinho. <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/viticultura/>. Acesso em 14 de outubro de 2013.

LIMA, M.R. ET AL. **Diagnóstico e recomendações de manejo do solo**: aspectos teóricos e metodológicos. Curitiba. Ed. UFPR. 2006.

MATUO, T. **Técnicas de Aplicação de Defensivos Agrícolas**. Jaboticabal: FUNEP/UNESP, 1990.

SIMÃO, S. **Tratado de Fruticultura**. FEALQ, 1998.

VARGAS, L.; ROMAN, E.S. **Manual de Manejo e Controle de Plantas Daninhas**. Bento Gonçalves Ed. EMBRAPA Uva e Vinho, 2004.

VALE, F.X.R.; JESUS JUNIOR, W.C. **Epidemiologia Aplicada ao Manejo de Doenças de Plantas**. Belo Horizonte: Editora Perfíl, 2004.

ZAMBOLIM, L.; CONCEIÇÃO M.Z. SANTIAGO, T. **O que os Engenheiros Agrônomos devem saber para orientar o uso de produtos fitossanitário**. 2. Ed. Viçosa: UFV, 2003.

2.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO/ESPECIALIDADE – 03 – TSAF: Médico Veterinário

- Conteúdos relativos a atividades em saúde animal, voltadas ao fomento, estímulo e produção destinados aos setores agropecuário e florestal, em nível de propriedades rurais, agroindústria, agronegócio, comércio além das respectivas cadeias produtivas agropecuárias no âmbito do estado do Rio Grande do Sul. Tudo com o objetivo de maximizar produções/produtividade e desenvolvimento tecnológico sustentavelmente; nas economias; nas políticas agrícolas e do agronegócio; extensão rural; associativismo e cooperativismo; apoio aos projetos de gestão; de estratégias; de captação de recursos; de orçamentos; de planejamentos; de licitações; de contratos; de acordos para cooperação técnica; de convênios; de logística; de mercado; de marketing; de educação rural inclusive.

- Saúde agropecuária e florestal, com fomento à produção no sentido de qualidade de vida para quem produz, para quem comercializa e para quem consome, com divulgação dos procedimentos,

educativamente, em nível de: propriedades/empresas rurais; órgãos de representação do setor rural; agroindústria e cadeias produtivas do agronegócio; associações e cooperativas; escolas rurais e outros segmentos de interesse estratégico.

- Desenvolvimento tecnológico sustentável de todos os sistemas ligados à produção agropecuária e florestal.

- Atuação direta e indireta, para o incremento/estímulo às políticas voltadas ao setor do campo, especialmente o agronegócio.

- Extensão, fomento e educação rural.

- Apoio/estímulo/elaboração de projetos voltados aos segmentos de captação de recursos, orçamentos, planejamento, acordos de cooperação técnica, convênios, logística funcional etc, voltados prioritariamente ao agronegócio.

- Atenção ao bem estar animal no tocante a sua saúde e a prevenção de doenças, bem como em relação à aplicação de medidas de saúde pública no que tange às zoonoses. Atenção aos resíduos contaminantes decorrentes das cadeias de produção relativas ao agronegócio e os demais setores produtivos.

- Interação com os demais segmentos relacionados com o meio rural, oficiais, particulares, ONGs e OSCIPs.

BRASIL, Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola Disponível em

<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8171.htm> Acessado em 20/10/2013

Brasil, Lei Federal 9.712, de 20 de novembro de 1998 - Altera a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9712.htm Acessado em 20/10/2013.

BRASIL, Decreto 5.741, de 30 de março de 2006 - Regulamenta e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Disponível em [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5741-30-marco-2006-541585-norma-atualizada-pe.pdf](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5741-30-marco-2006-541585-norma-5741-30-marco-2006-541585-norma-atualizada-pe.pdf) Acessado em 20/10/2013.

BRASIL, Decreto 27.932, de 28 de março de 1950 - Regulamento para aplicação das medidas de defesa sanitária animal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D27932.htm

Acessado em 20/10/2013.

Instrução Normativa nº 18, de 18 de julho de 2006 - INSTITUI O NOVO MODELO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.

RIO GRANDE DO SUL, Lei 9861, de 20 de abril de 1993 - Dispõe sobre a Política Agrícola no Rio Grande do Sul. Disponível em

<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20nº%209861&idNorma=1003&tipo=pdf>

Acessado em 20/10/2013.

RIO GRANDE DO SUL, Lei 13.921 de 17 de janeiro de 2012 – Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em

http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=57295&hTexto=&Hid_IDNorma=57295 Acessado em 20/10/2013.

Rio Grande do Sul, Decreto Estadual 50.072, de 19 de fevereiro de 2013 - Regulamenta Lei 13.467, adotando medidas de defesa sanitária animal. Disponível em

http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/3697/?Novo_Regulamento_de_Defesa_Sanitária_Animal

Acessado em 20/10/2013.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto 49.341 de 05 de julho de 2012 – Cria o Programa de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul Disponível em

<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/area/agroindustria/Dec%2049.341.pdf> Acessado em 20/10/2013.

Rio Grande do Sul, Lei 13590, de 28/12/2010 – Dispõe sobre o Plano Safra Anual no âmbito da Política Agrícola do Rio Grande do Sul. Disponível em

<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.590.pdf>

Acessado em 20/10/2013.

RIO GRANDE DO SUL, Lei Estadual 13.467, de 15 de junho de 2010 - Política estadual de prevenção da saúde animal. Disponível em

http://www.dda.agricultura.rs.gov.br/conteudo/3256/?LEI_ESTADUAL_13.467_DE_15.06.2010 Acessado em 20/10/2013.

ACHA, P.N.; SZYFRES, B. **Zoonosis y enfermedades Transmisibles. Comunes al Hombre y a los animales.** 3. ed. Washinton, D.C. OPAS. 2003. (Publicación Científica y Técnica No. 580).

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística: Princípios e Aplicações.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLITICAS PARA O DESENVOLVIMENTO.

Cadernos do desenvolvimento: nova série. Rio de Janeiro, julho-dezembro de 2011. v.6, n.9 Disponível

em: http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/wp-content/uploads/2011/10/CD_edicao9_cmpleto.pdf .

Acessado em: 16/10/2013.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

ROSENSTEIN ,B.; CORDEIRO DE MELLO, C. **O Legado de Peter Drucker**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.

2.4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO/ESPECIALIDADE – 04 – TSAF: Engenheiro Agrônomo

- Fertilidade e Conservação dos Solos: princípios de fertilidade do solo e conservação; avaliação da fertilidade do solo; amostragem e interpretação análises; principais elementos e suas funções; fertilizantes e corretivos.

- Entomologia e defensivos agrícolas: precauções no manuseio de defensivos; precauções durante e após a aplicação; toxicologia; métodos de controle de pragas; principais pragas das culturas.

- Manejo Integrado de doenças pragas e plantas daninhas: conceitos; método De determinação de danos e perdas; monitoramento espaço-temporal; previsão de doenças; controle doenças; manejo integrado de pragas; manejo integrado de plantas daninhas.

- Culturas anuais: cultivo; manejo e produção.

- Olericultura: principais grupos de plantas utilizadas: herbáceas, raízes, bulbos e frutos; fatores climáticos e sua importância; tipos de propagação; nutrição mineral; irrigação; controle fitossanitário; comercialização.

- Fruticultura: principais espécies/culturas; técnicas de propagação; adubação; condução dos pomares; colheita; armazenagem.

- Fitopatologia: princípios e conceitos; importância e natureza das doenças; principais agentes causais; sintomatologia e diagnose doenças; relações patógeno-hospedeiro; epidemiologia e controle.

- Plantas daninhas: princípios gerais; métodos de controle; dinâmica de herbicidas; mecanismos de ação dos herbicidas.

- Meteorologia agrícola: crescimento e desenvolvimento das plantas; radiação solar; temperatura do ar e do solo; geadas e vento nas plantas cultivadas; proteção das plantas contra efeitos adversos do tempo.

- Insumos agrícolas (sementes, mudas e agrotóxicos e afins): Legislação de sementes e mudas e agrotóxicos, seus componentes e afins. Produção de sementes e mudas. Toxicologia e classificação dos agrotóxicos. Receituário agrônomo. Tecnologia e segurança na aplicação de agrotóxicos. Resíduos de agrotóxicos nos alimentos. Descarte de embalagens vazias de agrotóxicos.

- Reflorestamento: principais usos da madeira de reflorestamento; espécies indicadas; produção sementes e mudas; propagação vegetativa; implantação de florestas exóticas; manejo de espécies florestais.

- Planejamento e licenciamento ambiental e legislação ambiental. Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. Código Florestal Brasileiro.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução CONSEMA Nº 187/2008, que aprova o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 9861 de 20/04/1993, dispõe sobre a Política Agrícola no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 13590 de 28/12/2010, dispõe sobre o Plano Safra Anual no âmbito da Política Agrícola do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Complementar 10.098, de 03 de fevereiro de 1994. Estatuto do Servidor Público Estadual.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 9861, de 20/04/1993, dispõe sobre a Política Agrícola no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 13590, de 28/12/2010, dispõe sobre o Plano Safra Anual no âmbito da Política Agrícola do Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 49341 DE 05/07/2012. Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de certificação "Sabor Gaúcho" e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 13.921, de 17 de janeiro de 2012. Institui a política estadual de agroindústria familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

BRASIL. Instrução Normativa Ministério Meio Ambiente No. 4, de 8 de Setembro de 2009. Regulamenta os procedimentos técnicos para o licenciamento ambiental para o uso sustentável de florestas públicas, na modalidade concessão florestal, e para a elaboração, apresentação e avaliação técnica do Relatório Ambiental Preliminar - RAP.

BRASIL. Decreto 5.741, de 30 de março de 2006. Regulamenta e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;

BRASIL. Lei 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre Agrotóxicos, seus componentes, e afins. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 9.974, de 06 de junho de 2000. Altera a Lei nº 7.802 de 11 de julho de 8 1989.

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 26 de maio de 2012. Institui o Código Florestal Brasileiro e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12/02/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 237/97, de 22/12/97, que disciplina o licenciamento ambiental no Brasil. Revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 369, de 28 de Março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 334, de 03/04/03, que dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

BRASIL. Decreto Nº 4.074, de 4/01/2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Esta Lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

BRASIL. Decreto 5.741, de 30 de março de 2006. Regulamenta os artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei Federal nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

BRASIL. Instrução Normativa MAPA nº 24, de 16 de dezembro de 2005. Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de mudas.

BRASIL. Instrução Normativa MAPA nº 09, de 02 de junho de 2005. Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de sementes.

BRASIL. Lei 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 9.974, de 06 de junho de 2000. Altera a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto 5.549, de 22 de setembro de 2005. Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto Federal nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a

exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

BRASIL. Decreto 5.981, de 06 de dezembro de 2006. Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto Federal nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

GOMES, A.S.; MAGALHÃES Júnior, A.M. (Org.) **Arroz Irrigado no Sul do Brasil**. Ed. EMBRAPA. Brasília, 2004. 899p.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 2002. 4. ed. Nova Odessa: Ed. Plantarum, c2002. 2 v. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtiva de madeira. Brasília: MAPA/SPA, 2007. 82 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual agroflorestral para a Mata Atlântica**. Brasília, 2008. 195 p.

PEREIRA, A. R. **Como selecionar plantas para áreas degradadas e controle de erosão**. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Editora FAPI, 2008. 239 p.

LIMA, M.R. **Diagnóstico e recomendações de manejo do solo: aspectos teóricos e metodológicos**. Curitiba: UFPR/Setor de Ciências Agrárias, 2006. xvi, 341 p.

GALLOTTI, G. J. M. **Doenças em viveiros florestais de Eucalyptus spp., Corymbia spp., Pinus spp. e Ilex paraguariensis, micorrização e estragérias de controle**. 2008 Florianópolis: Epagri, 2008. 45 p.

GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA Neto, S.; CARVALHO, R.P.L.; BAPTISTA, G.C.; BERTI Filho, E.; PARRA, J.R.P.; ZUCCHI, R.A.; ALVES, S.B.; VENDRAMIM, J.D.; MARCHINI, L.C.; LOPES, J.R.S.; OMOTO, C. **Entomologia Agrícola**. Editora FEALQ. Piracicaba 920p., 2002.

BISSANI, C.A.; GIANELO, C. ; CAMARGO, F.A. O.; TEDESCO. **Fertilidade dos solos e manejo da adubação de culturas**. M. 2. ed. Porto Alegre: Gênese, 2008. 344 p.

FACHINELLO, J.C. et al. **Fruticultura: fundamentos e práticas**. Ed. UFPEL, Pelotas, 311p. 1996.

RODIGHERI, H. R. **Indicadores ambientais e sócio-econômicos de plantios florestais no sul do Brasil**. Colombo: Embrapa Florestas.

FOWLER, J.A.P.; MARTINS, E.G. **Manejo de sementes de espécies florestais**. 2001. EMBRAPA-Florestas - Série Documentos. 58 Colombo. PR, 2001, 71p

TEDESCO, M.J.; GIANELLO, C.; ANGHINONI, I.; BISSANI, C.A.; CAMARGO, F.A.O.; WIETHOLTER, S. (Editores). **Manual de Adubação e Calagem Para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina**. Comissão de Química e Fertilidade do Solo - RS/SC. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo- Núcleo Regional Sul.. Ed. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Comissão de Química e Fertilidade do Solo, RS/SC. Porto Alegre, 394p., 2004.

BERGAMIN, Filho, A.; KIMATI, H.; AMORIN, L. **Manual de Fitopatologia**. Vol 1 e 2. Ed. Ceres. São Paulo, 919p., 1995.

VARGAS, L.; ROMAN, E.S. **Manual de Manejo e Controle de Plantas Daninhas**. Ed. EMBRAPA Uva e Vino. Bento Gonçalves, 652p. 2004.

BISCARI, G. A. **Meteorologia agrícola básica**. Cassilândia: Uni-Graf, 2007. 86 p.

FILGUEIRA, F.A.R. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. Viçosa: UFV, 2000. 402 p.

HIGA, R.C.V.; MORA, A.L.; HIGA, A.R. **Plantio de eucalipto na pequena propriedade rural**. 2000. EMBRAPA – Florestas. Série Documentos. 54. Colombo. PR, 32p.

SILVEIRA, G. M. **Preparo de solo: técnicas e implementos**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 292 p.

CARNEIRO, J.G. de A. **Produção e controle de qualidade mudas florestais**. 1995. Universidade Federal do Paraná/Curitiba PR, 1995, 451p.

GALVÃO, A.P.M. (Organizador). **Reflorestamento de Propriedades Rurais para Fins Produtivos: um guia para ações municipais e regionais**. Ed. EMBRAPA Comunicação para Transferência de Tecnologia. Brasília, 351p., 2000.

THOMAS, A.L. **Soja: manejo para alta produtividade de grãos**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. 243 p.

BALASTREIRE, L. **Máquinas Agrícolas**. São Paulo: Editora Manole, 1987.

STRECK, E.V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008. v. 1. 222p.

SIMÃO, S. **Tratado de Fruticultura**. FEALQ, 1998, 760 páginas.

ZAMBOLIM, L.; CONCEIÇÃO M.Z. SANTIAGO, T. **O que os Engenheiros Agrônomos devem saber para orientar o uso de produtos fitossanitários**. 2ª Edição. UFV. Viçosa. 2003.

2.5. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO/ESPECIALIDADE – 05 – TSAF: Engenheiro Florestal

Dendrologia; Fitosociologia, Ecossistemas florestais; Climatologia agrícola; Fertilidade e Nutrição de Plantas; Pedologia, Solos Manejo e Conservação ; Sementes e Viveiros Florestais; Silvicultura de exóticas e nativas; Métodos Silviculturais; Sistemas Agrossilvipastoris; Dendrometria; Inventário Florestal; Manejo Florestal; Patologia Florestal; Entomologia Florestal; Incêndios Florestais; Defesa Fitossanitária, Legislação; Manejo de Bacias Hidrográficas; Comunicação e Extensão Rural; Mecanização Florestal; Colheita e Transporte Florestal; Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais; Política e Legislação Ambiental e Florestal; Topografia, Cartografia; Fitogeografia do RS; Pragas e Doenças Florestais; Plantas Daninhas e seu Controle; Certificação Florestal; Avaliação de Impactos Ambientais; Estradas Florestais e Transporte Produtos Florestais e Não-Madeiráveis; Biodegradação e Preservação da Madeira; Sistema de informações Geográficas; políticas ambientais; gestão ambiental; ecossistemas; impactos ambientais; desenvolvimento e tecnologia sustentáveis; processos produtivos; geoprocessamento aplicado à análise ambiental.

Decreto 5.741, de 30 de março de 2006. Regulamenta e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Lei 9861, de 20/04/1993, dispõe sobre a Política Agrícola no Rio Grande do Sul.

Lei 13590, de 28/12/2010, dispõe sobre o Plano Safra Anual no âmbito da Política Agrícola do Rio Grande do Sul.

RS. Lei nº 13.922 de 17/01/12. Estabelece a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária - Compra Coletiva/RS.

BRASIL. Lei Federal nº 11.326 de 24/07/2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. Lei Federal nº 12.512 de 14/10/12. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais – Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Do Meio Ambiente – Art. 225).

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e alterações. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e alterações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e alterações. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e alterações. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e alterações. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e alterações. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e alterações. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 10.711, de 05 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.153, de 23 de julho de 2004. Aprova o Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas.

BRASIL. Portaria nº 125, de 03 de AGOSTO de 1998. Secretaria de Defesa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

BRASIL. Portaria nº 55, de 4 de Dezembro de 2007. Secretaria de Defesa Agropecuária. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento..

BRASIL. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.520, de Agosto de 2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 34.256, de 02 de Abril de 1992. Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual nº 38.814, de 26 de Agosto de 1998. Regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Estadual de Sementes e Mudas do Estado do Rio Grande do Sul. Normas e padrões de produção de sementes para o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: -CESM/RS, 1997. 140 p.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório Final do Inventário Florestal Contínuo. UFSM, 2001.325p

RIO GRANDE DO SUL. SEMA. DEFAP. Diretrizes ambientais para restauração de matas ciliares. Porto Alegre, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria n.º 154 de 22, de setembro de 2011. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992 e suas alterações. Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. <http://www6.ufrgs.br/cursopqdr/downloadsSerie/SistemasAgrarios.pdf>). **Acesso em:** 12.10.2013.

NEVES, M.F .R.Adm., São Paulo, v.43, n.4, p.331-343, out./nov./dez. 2008. Disponível em https://www.google.com.br/?qws_rd=cr&ei=1YFeUpOeELSv4APn8oDgAw#q=+NEVES%2C+M.F+.R.Adm.%2C+S%C3%A3o+Paulo%2C+v.43%2C+n.4%2C+p.331-343%2C+out.%2Fnov.%2Fdez.+2008.+. **Acesso em:** 12.10.2013.

NEVES, M.F & CORNEJERO. Uma Contribuição Empírica para Planejamento de Métodos e Gestão. R.Adm., São Paulo, v.47, n.4, p.699-714, out./nov./dez. 2012. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n4/a14v47n4.pdf>. **Acesso em:** 12.10.2013.

YUBA, A.N. Cadeia Produtiva de madeira Serrada de Eucalypto para produção Sustentável de Habitações. 2001. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1674/000305825.pdf?sequence=1>. **Acesso em:** 12.10.2013.

MMA.2010. Relatório de avaliação dos objetivos setoriais e dos programas do Plano Plurianual 2008-2011. Disponível em [http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/RELATORIO%20DE%20AVALIACAO%20%20PPA%202010-V5%20-%20Versao%2011-10-2011%20\(2\).pdf](http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/RELATORIO%20DE%20AVALIACAO%20%20PPA%202010-V5%20-%20Versao%2011-10-2011%20(2).pdf). **Acesso em:** 12.10.2013

SCHNEIDER, P.R. & DURLO, M.A. (1987): **Avaliação florestal**. Série Técnica No 2. Santa Maria: CEPEF/FATEC/UFSM. 56 p.

SELING, I. Economia Florestal. UFSM\DFL.2001.66p. Disponível em <http://coral.ufsm.br/dcf/seriestecnicas/serie4.pdf>. **Acesso em:** 12.10.2013.

ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava (org.). **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira – PENSA/ USP, 2000.

ANDRAE, F. H. **Ecologia Florestal**. Santa Maria: Ed. UFSM, 1978.230P.

Apostila do curso de técnicas de prevenção e combate a incêndios florestais. http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/programa-florestal-1/acoes-florestais-na-bacia-do-parnaiba/produto11_apostila_incendios.pdf/view. **Acesso em:** 12.10.2013.

Apostila do curso Técnicas Plantio de Florestas. http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/programa-florestal-1/acoes-florestais-na-bacia-do-parnaiba/produto9_apostila_tednica-plantio-floresta.pdf/view?searchterm=apostila. **Acesso em:** 12.10.2013.

Apostila do curso de Produção de Mudas Florestais.

http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/programa-florestal-1/acoes-florestais-na-bacia-do-parnaiba/produto7_apostila_producao-mudas-florestais.pdf/view?searchterm=apostila. Acesso em: 12.10.2013.

Apostila Técnicas de Manejo Florestal.

http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/programa-florestal-1/acoes-florestais-na-bacia-do-parnaiba/produto8_apostila_tecnicas-manejo-florestal.pdf/view?searchterm=apostila. Acesso em: 12.10.2013.

Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade/Valério De Pata Pilla...[etal.]. Editores _ Brasília:MMA, 2009. 403p.

Cartilha de licenciamento ambiental / Tribunal de Contas da União; com colaboração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2. ed. Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.83 p. : il. color.

CAMPANILI, M.& SCHAFFER, W.B. **Mata Atlântica: manual de adequação ambiental**. Brasília: MMA/SBF, 2010.

COSTA, E.; D'ÁVILA, M.; CANTARELLI, E. B; MURARI, A. B.; MANZONI, C. G. **Entomologia Florestal**. Ed. UFSM.

DURLO, M.; SUTILI, F. Bioengenharia – Manejo Biotécnico de Cursos de água. Est. Edições.

EMBRAPA FLORESTAS. Monitoramento dos psilídeos do eucalipto. 2004. Disponível em:http://www.cnpf.embrapa.br/publica/folders/Psilideos_2004.pdf . Acesso em: 12.10.2013.

EMBRAPA FLORESTAS. Cultivo do Eucalipto. Sistemas de Produção, 4. ISSN 1678-8281. Versão Eletrônica. Ago./2003. |
:<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Eucalipto/CultivodoEucalipto/index.htm>. Acesso em: 12.10.2013.

MIRANDA, José Iguelmar. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas** / José Iguelmar Miranda. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2010.425p.

FOREST BRAZIL, Empreendimentos Florestais. Plantio, Espaçamento e Colheita de Eucalipto. :<http://www.forestbrazil.com.br/portal/plantio.php>. Acesso em: 12.10.2013.

GALVÃO, A.P.M; SILVA, V. P. Restauração florestal. EMBRAPA.

GUEDES, J. V. C; DORNELLES, S. H. B. Tecnologia e Segurança na Aplicação de Agrotóxicos. UFSM/CCR.

GLUFKE, C. **Espécies Florestais Recomendadas para Recuperação de Áreas Degradadas**. Porto Alegre: FZB, 1999.48p.il.

GONÇALVES, J.L.M.; STAPE, J.L.; **Conservação e cultivo de solos para plantações florestais**. Piracicaba: IPEF, 2002. 498p.

FOREST BRAZIL, Empreendimentos Florestais, Plantio, Espaçamento e Colheita de Eucalipto..<http://www.forestbrazil.com.br/portal/plantio.php>. Acesso em: 12.10.2013.

MACHADO, C.C. **Colheita florestal**. Viçosa – MG: Editora UFV, Edição II, 2008. 501 p.

MARCHIORI, J. N. C. Fitogeografia do Rio Grande do Sul – Campos Sulinos. Est. Edições.

MARTINS, S.V. (Org.) **Restauração ecológica de ecossistemas degradados**. 1. ed. Viçosa, MG: Editora UFV,2012.v. 1. 293p.

MARTINS, S.V. **Restauração florestal em Áreas de Preservação Permanentes e Reserva Legal**. 1 .ed. Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas, 2010.v. 1. 316p.

NETTO, S. P.& BRENA, D. A. **Inventário Florestal**. Curitiba, 1997. 316p.

PRIMAVESI, A. Manejo Ecológico de Pragas e Doenças. Ed. Nobel.

REICHERT, J.M. e outros. Solos Florestais. UFSM/CCR/DEPTº. SOLOS. 2009. 290p. Disponível em http://www.fisicadosolo.ccr.ufsm.whoos.com.br/downloads/Disciplinas/SolosFlorestais/Apostila_Teorica%20SF.pdf. Acesso em: 12.10.2013.

Sistemas Agroflorestais. Centro de Inteligência em Florestas. Disponível em <http://www.ciflorestas.com.br/texto.php?p=sistemas#>. Acesso em: 12.10.2013.

PENTEADO, S. do R. C. et al. Insetos florestais de importância quarentenária para o Brasil: guia para seu reconhecimento. Colombo: Embrapa Florestas, 2010.

SCHNEIDER, P.R. Manejo Florestal: planejamento da produção florestal. CEPEF/FATEC, 613p

Schneider, P.R. Introdução ao Manejo Florestal. CEPEF/FATEC, 348p.

SIXEL, R.M.M.; GOMEZ, F.M. Produção de florestas com qualidade: técnicas de plantio. Disponível em:<http://www.ipef.br/silvicultura/plantio.asp>. Acesso em: 12.10.2013.

VIVAN, J. L. **Agricultura & Florestas: princípios de uma interação vital**. Guaíba: Agropecuária, 1998. 207p.

VIANELLO, R. L.; A. R. Alves, 2000: **Meteorologia básica e aplicações**. Editora UFV. 449 pp. 4. Stull, R. P., 2000.